

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.080.026 - SP (2017/0074768-1)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : MASSA FALIDA DE MEGAWARE INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL RODRIGUES CHECHE - SP252990
YASMIN SANTIAGO FERLA DA COSTA SILVA E OUTRO(S) - SP369254
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MONICA TONETTO FERNANDEZ E OUTRO(S) - SP118945

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela MEGAWARE INDUSTRIAL LTDA. – MASSA FALIDA, em que pretende a admissibilidade de recurso especial que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 244):

ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL – ICMS – Autuação fiscal proveniente de operações interestaduais – Benefício Fiscal concedido por ente federativo sem aprovação do convênio da CONFAZ – Lei nº 24/75 – Legalidade do Estado de São Paulo exigir o pagamento do ICMS nos termos do Comunicação CAR 36/04 e da Lei Estadual nº 6.376/89 – Prevalência da multa imposta, que decorre do ilícito administrativo apurado – Sentença mantida.

Recurso não provido.

No apelo nobre (e-STJ fls. 256/266), a empresa, apontando divergência jurisprudencial, busca o reconhecimento do direito ao creditamento no Estado de destino do ICMS devido ao Estado de origem e que não foi efetivamente recolhido em razão de benefício fiscal concedido sem prévia autorização do CONFAZ.

A empresa interpôs, também, agravo, em que pretende a admissão de recurso extraordinário inadmitido na origem (e-STJ fls. 415/423).

Contraminuta às e-STJ fls. 425/428.

Passo a decidir.

A questão objeto do apelo extremo foi afetada ao rito da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da seguinte ementa:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. GUERRA FISCAL. CUMULATIVIDADE. ESTORNO DE CRÉDITOS POR INICIATIVA UNILATERAL DE ENTE FEDERADO. ESTORNO BASEADO EM PRETENSÃO CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL INVÁLIDO POR OUTRO ENTE FEDERADO. ARTS. 1º, 2º, 3º, 102 e 155, § 2º, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 8º DA LC 24/1975. MANIFESTAÇÃO PELA EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA.

(RE 628.075 RG, Relator Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 13/10/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 30-11-2011 PUBLIC 01-12-2011).

Nesse contexto, reconheço que a existência de recurso extraordinário que trata do mérito da matéria acima identificada é prejudicial à análise do recurso especial, razão pela qual os autos deverão retornar ao Tribunal de origem para

Superior Tribunal de Justiça

que lá seja realizado o juízo de conformação com o julgamento do recurso representativo da controvérsia a ser prolatado pela Suprema Corte.

Somente depois de tomada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, DETERMINO o sobrestamento do julgamento deste recurso especial até a realização do juízo de conformação pela Corte de origem com o que vier a ser decidido pelo STF no julgamento do RE/RG 628.075 (Tema 490), bem como a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, com a respectiva baixa, para que essa providência seja efetivada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator